



Educar no clamor do momento atual brasileiro. Uma reflexão crítica

Leonardo Lima Ribeiro¹

Resumo:

Trata-se de breve escrito que enfatiza fundamentalmente uma reflexão como clamor prático-educativo para um possível eixo de ação ao calor do atual momento político brasileiro, levando em consideração o apoio de textos marxistas considerados como importantes para sua sustentação. A partir dela, segue a partilha de ideias críticas destinadas a uma conduta prática que poderão se tornar maior objeto de discussão.

Palavras-chave: Reflexão Prática. Cultura. Economia-política. Brasil.

Abstract:

It is brief written text which emphasizes fundamentally a reflection as practice education for a possible line of action to the heat of the present moment of Brazil's politics, taking into account the support of marxists texts considered as important for your support. From there, follow the sharing of critic ideas to practical guidelines that may become larger subject of discussion.

Keywords: Practice Reflection. Marxism. Culture. Political economy. Brazil.

Introdução - O modo de diálogo atualmente necessário aos brasileiros.

Devemos tentar seguir. Seguir para não mergulhar inteiramente no ritmo das espessuras empresariais, cuja finalidade é nos plasmar em existências que sonegam deliberações mais audaciosas. Creio que seguir de um modo mais consistente exige enfrentamentos, pois, como sabemos, as marcas psicofísicas da estrutura das organizações bloqueiam a contrapartida da vida primeira (mais significativa) dos indivíduos, pautando-os nos descaminhos da elaboração de encaminhamentos burocráticos estreitos e em linha reta.

¹ Mestre em Filosofia pela Universidade Estadual do Ceará – UECE; Especialista em Teorias da Comunicação e da Imagem pela Universidade Federal do Ceará – UFC; graduado em Comunicação Social pela Universidade de Fortaleza – UNIFOR; graduando em Filosofia (licenciatura) na Universidade Estadual Vale do Acaraú. Telefones para contato: (88) 9-9663-3339 ou (85) 9-8741-4914. E-mail: leoribeiro22@gmail.com.



Creio podermos dizer que tentemos seguir, evitando figurações internas que façam recair inteiramente na linha reta da estrutura externa administrada, em torno da qual nossas vidas (em pleno sentido) estariam em grande parte amputada. Trata-se de uma luta, aquela com a qual devemos procurar como catarse irromper não apenas contra a *jaula de aço* weberiana, mas principalmente, o que é uma tarefa menos árdua, contra as figurações internas advindas dessa mesma jaula.

Tentar seguir, assim, também significa lutar contra os fantasmas que nos aterrorizam por dentro, outros que nos forjam a consistência interior sob as mediações do oceano de terror na superfície mais tenebrosa do mundo contemporâneo: o capitalismo. Há algo desse oceano que nos possui, construindo em nós mesmos os próprios demônios, personagens de assombração que nos conferem uma fisionomia assombrosa, destinada à reprodução do mundo em torno do qual ela nasceu e se conserva. Se tratará de um enorme combate, principalmente aquele que devemos operar contra o estranho que em nós está operando. Contra isso, devemos continuar tentando seguir.

Não nos lembremos de falar de felicidade ou infelicidade neste escrito (aquilo para o qual comumente tentamos nos voltar como modelo de vida que imprime obrigações para com a alegria e a tentativa medicamentosa de descarte de tudo que é triste). De fato, falamos estritamente de *tentar seguir*, tanto quanto o que isso significa como meio a partir do qual enfrentamos dilemas interiores, implicados no oceano da barbárie social. O que significa justamente *uma* tentativa de constituir *um* modo de não repetir sem mais argúcia as subjetivações e cooptações organizacionais às quais costumamos banalmente fazer referência como prótese corpórea². É apenas uma postura de enfrentamento para conosco, independentemente de estados provisórios de ânimo, como o da felicidade e da infelicidade.

Felicidade e infelicidade são conceitos externos a essa questão. Podemos lutar contra os demônios de um modo triste ou alegre, mas o enfrentamento contra nossos processos subjetivos colonizados deve seguir, fluir. Inclusive, a luta do dia-a-dia não tem interesse em saber se estamos felizes ou tristes no momento da luta, seja para pensarmos ou nos depararmos com atrocidades terríveis, como a fome, a falta de emprego, etc.

² Adorno e Horkheimer já intitularam isso como uma espécie de postura *antifascista* em seu famoso *Dialética do esclarecimento*.



Pensar essas questões não faz mal a ninguém, nem necessariamente deprime, como se poderia tender a pensar³. Trata-se de um trabalho de luto (e não de depressão e complementos maníacos, conquanto a própria depressão seja uma das doenças psíquicas presentes mais violentas dos tempos atuais): uma tentativa de se livrar não apenas das opressões de um falecido ente querido que queremos em demasia conosco (o que pode nos acamar), mas, precipuamente, trata-se também de se livrar com radicalidade de uma *parte* de nossa própria vida, que acreditamos nos pertencer e nos conservar quando em realidade nos autoriza apenas o perecimento (nós passamos a pertencer a *parte* de vida em jogo): algo morto que nos coopta e do qual, de todo modo, não queremos muitas vezes nos desapegar.

O pensamento é uma das esferas da *realidade* e não algo que dela se distancia⁴, como muitos acreditam utilizando a apologia ao não-pensamento e ao fragmentário da diversidade de opiniões unidimensionais para justificar a autoconservação das identidades mórbidas (frequentemente flexíveis) que lhes pertence. É também da natureza da realidade (dentro e fora das instituições sociais público-privadas) *ser pensamento*, embora, decerto, a isso ela não se reduza. O pensamento e a produção de discursos que seguem do pensar como autocompreensão de si e para si é *uma* das camadas da realidade, e não uma oposição a ela (e não uma simples tecnologia de poder, conquanto possa também o ser caso o capitalismo o coopte para esta tarefa). Não é, portanto, *necessariamente* uma arma de guerra contra esta realidade, mas um aliado, porquanto, não sem determinada tensão, o real nos discursos se diferencie como espécie de autoimagem plural, democrática e não belicosa (os homicídios em massa nas duas grandes guerras mundiais não foram gerados pelo *pensamento que se pensa* como uma das esferas da realidade em devir, mas por *tecnologias de dominação* disjuntivas, inclusive culturais e estéticas, subsidiadas no fundo pela necessidade de intensificação da venda de armas, do espólio de matérias-primas do globo terrestre e da injunção paralela destinada aos redimensionamentos na ordem mundial econômica e política – por conseguinte, o que entra em jogo nas duas grandes guerras pode ser demarcado justamente pela incapacidade de se fazer um uso factual daquilo que caracteriza o pensamento em seu próprio movimento de

³ *Luto e Melancolia* de Freud, por exemplo, já nos deu algumas lições sobre este problema.

⁴ Hegel em *Fenomenologia do espírito* já nos ensinou há tempos, e Marx, até mesmo em *O capital*, dá sequência a ele com fraternidade que não admitiu. Consultar obras.



autocrítica e diatribe do social, reencontrando-se com o devir de um mundo escondido que lhe acompanha como lhe sendo realmente fraterno).

Vejamos o que bem nos diz professor Epitácio Macário, em breve escrito hodierno que atualiza Agnes Heller:

O tipo de homem moderno experimenta contradições que, às vezes, dilaceram sua personalidade: ele sente o carecimento de trabalhar menos e usufruir mais, mas é estrangido a jornadas laborais cada vez maiores, mais intensas e, em muitos casos, em atividades mutiladoras do espírito e do corpo. Ele vive como carência o encontro, a abertura para o outro, num mundo que lhe constrange a olhar somente para si mesmo e ver o outro como meio de conseguir algum benefício [...] É limitado pelas paredes dos barracos ou grades de condomínio; pelas vielas estreitas e escuras ou pelo medo dos donos da rua – os carros em disparada, os tiros da polícia e das classes perigosas, a vigilância armada ou as câmeras sempre focadas na transgressão. As contradições da modernidade capitalista interpelam em profundo os sentimentos e a razão do tipo humano moderno, impondo ingentes desafios para os que almejam algum equilíbrio em face das dilacerações que vivenciam. O pensamento capaz de responder satisfatoriamente a estas contradições é aquele que as assume como constituidoras do real, as problematiza em profundidade, procurando explicitá-las e conquistar um horizonte de sentido para sua ação no mundo (MACÁRIO, E., in: *blog da Revista Espaço Acadêmico*, 2016).

É justamente em função disso que podemos [re]avaliar nossa conduta psicofísica em face desse mesmo real (que não significa estritamente organização social, mas *matéria em devir* a qual pode ser interpelada contra o próprio enrijecimento ou falta de devir de uma organização asfixiantemente opressora econômica, política e socialmente). Avaliar nosso corpo e nossa estrutura subjetiva em meio aos espaços organizacionais significa, portanto, precisamente dar vazão a uma das camadas da realidade viva com a qual convivemos dentro de nós (o sentido que atribuo não é o de uma prática de autocontrole, mas gesto de se despir do *eu* margeado e plasmado no entorno do dissimulado campo de crueldade que se quer como verdadeiro mundo, conquanto a realidade do próprio planeta seja por esse “mundo” que a sonega negada pela premissa da depredação do vivo em sua totalidade).

Como diz Žižek em *Violência* (2013, p.34-36):

É necessário historicizar minuciosamente a noção de violência objetiva, que assumiu uma nova forma com o capitalismo [...] É demasiadamente simplista afirmar que o espectro desse monstro autogenerativo que segue o seu caminho ignorando qualquer preocupação humana ou ambiental seja uma abstração ideológica e que por trás dessa abstração há pessoas reais e objetos naturais em cujos recursos e capacidades produtivas se baseia a circulação de capital, alimentando-se deles como um parasita gigante. O problema é que essa “abstração” não existe apenas na percepção distorcida da realidade social por parte de nossos especuladores financeiros, mas é “real” no sentido preciso em que determina a



estrutura dos processos sociais materiais: os destinos de camadas inteiras da população e por vezes até mesmo de países podem ser decididos pela dança especulativa “solipsista” do capital, que persegue seu objetivo de rentabilidade numa beatífica indiferença ao modo como tais movimentos afetarão a realidade social. Assim, a posição de Marx não é fundamentalmente reduzir essa segunda dimensão à primeira, mas demonstrar como a dança teológica enlouquecida das mercadorias emerge dos antagonismos da “vida real”. Ou melhor, a sua posição é de que não podemos compreender adequadamente a primeira (a realidade social de produção material e interação social) sem a segunda: é a dança metafísica autopropulsiva do capital que dirige o espetáculo, que fornece a chave dos desenvolvimentos e das catástrofes que têm lugar na vida real. É aí que reside a violência sistêmica fundamental do capitalismo, muito mais estranhamente inquietante do que qualquer forma pré-capitalista direta de violência social e ideológica (...). Vemos uma enorme degradação ecológica e muita miséria humana. Entretanto, o relatório econômico que depois lemos nos informa que a situação econômica do país é “financeiramente sólida”: a realidade não conta, o que conta é a situação do capital... Hoje, não será isto mais verdadeiro do que nunca?

Façamos essa reflexão (juntamente a Žižek), porque é normal no cotidiano a tentativa de enquadramento crítico de exposições desse tipo por meio de vocabulário frágil, que talvez não seja adequado para compreender o sentido que atribuímos às palavras. Muitas vezes na efêmera vida nos fazem perguntas (*Como você anda?*, por exemplo) e tentamos respondê-las a partir da perspectiva acima expressa (por exemplo, quando respondemos *seguimos tentando*). De todo modo, podemos perceber que, comumente, tais perguntas não são elaboradas de modo a observar o modo como *seguimos tentando*, ou seja, posicionando-nos frente às coisas externas e internas que nos servem de [auto]avaliação.

Normalmente as perguntas têm sido elaboradas como se o inquiridor (tirânico por sinal) intentasse enquadrar a todo custo um discurso (uma resposta) num sistema de valorações e vocabulários cristalizados (socialmente estabelecidos). Isto é, ao invés de observar o que, por exemplo, teríamos a dizer intuímos que há, da parte do inquiridor, a redução de nossa fala (nossas respostas) às equações que toma como verdadeiras (equações subsumidas de antemão na questão por ele apresentada). Estas equações apenas travam o modo como a produção de sentido pode se decorrer como meio de escape de algumas normas e rotinas do dia-a-dia.

Não confundamos a produção de sentido que estabelecemos como possibilidade de honesta partilha com um quadro macabro de fórmulas de sociabilidade através das quais, assentadas ao fundo das questões, julgamos os discursos, comprimindo-lhes em equações desgastadas e desgastantes. Um bom diálogo se constrói através de questões livres que permitem a formulação de discursos realmente pensados, no intuito de nos redimensionarmos relativamente às



dificuldades e entraves internos (duplicações do fluxo do mundo/simulacro em que nos colocamos e reproduzimos). As questões, quando apresentadas, não podem esconder de partida fórmulas para constrangimento da vida que expressa seu dizer. As fórmulas subentendidas nas questões normalmente elaboradas (isso é, normatizadas) não procuram apontar ou peticionar problematizações mais abertas (antes não expressas). Nesse sentido, elas simplesmente evitam que essas problematizações sejam de fato pautadas por outrem.

A crítica desses *ruídos pós-modernos* aos quais aqui nos referimos tem uma relação mais estreita com a visão marxista de David Harvey, no livro *a condição pós-moderna* (2012). Nele, o autor situa esse paradigma cultural comunicacional-artístico-relativista-belicoso no contexto de uma reformulação econômico-política brutal nos modos de produção contemporâneos, o que descambou numa transformação profunda da estrutura das cidades e seus modos intersubjetivos de relação pós-1970. Inclua-se então justamente neste caso os *ruídos supracitados*, juntamente às reformas tecnológicas na comunicação.

David Harvey aponta que houve como consequência o apartamento mais intensivo dos trabalhadores, redistribuindo-os em espécies de clãs medievais paternalistas e patriarcalistas⁵, impossibilitando a permeabilidade da unidade para a qual deveriam tender como luta política. A fragmentação social dos desfavorecidos sob a lógica da reestruturação produtiva passa, para esse autor, a promover, inclusive por meio da impossibilidade do diálogo oprimido pelo barulho social desconjuntado, o profundo sentimento de não identificação dos indivíduos uns para com outros no espaço social. Um dos grandes efeitos desse processo passa justamente o de ser o fato de que as cidades se tornam trincheiras unívocas irregulares nas quais grupos seccionados passam a entrar cada vez mais em intensa disputa uns com outros (lá aonde deveriam ser fraternos uns em relação aos outros), tal como se mesclassem à uma unidade de reprodutibilidade social de uma maldade plural, expressa cronicamente na forma de guerra social espaço-temporal urbana.

Esse é um dos aspectos que o autor intitula de *condição pós-moderna*. É um paradigma sociocultural subsumido a uma nova reestruturação produtiva nos campos fragmentados do trabalho (radicalmente transformados: não mais girando

⁵ “O que importa mesmo destacar são as formas arcaicas de dominação e desigualdade que retornam por meio de tecnologia da informação e comunicação e da correspondente segmentação privatizante das infraestruturas em rede, cujo futuro de privilégios encapsulados em todo tipo de enclaves elas tornaram rapidamente uma realidade por assim dizer utópica, só que, no caso, da instantaneidade” (ARANTES, 2014, p. 153) – nota de rodapé de número 26.



inteiramente ao redor da fábrica: espaço perigoso para unidade dos oprimidos para uma revolução), do desejo, da linguagem, da filosofia, da arquitetura urbana e da política. A partir dessas esferas, dissonantes conquanto em equilíbrio, os oprimidos passam a estar apartados uns dos outros, tanto espacialmente quanto culturalmente. E isso se dá tanto nos campos do labor espacialmente determinados quanto a reboque da cultura, interna às cidades, como assentamento de guerra continua física e ideológica.

É, portanto, neste caso específico que identifiquemos *os ruídos pós-modernos*, ruídos em que a esquerda humanista, neles enveredando, parece ter perdido a capacidade de se autocompreender. Ao invés de se lançar ao diálogo que teria como sujeito a partilha da audição e sofrimento comum do dia-a-dia, e apenas como predicado o discurso, passa, do contrário, a recair na latrina das cidades estruturadas de forma flexível ao conflito em diversos níveis, nos moldes do que abordamos acima. Aqui todos se desentendem, ensurdecendo os ouvidos por não sentimento de pertença ao sofrimento do outro.

Essa foi uma das maiores derrotas da esquerda (pois também se deixou envolver por essa situação *pós-moderna*). Por conseguinte, não consegue minimamente se articular para encabeçar um projeto no qual torne a ganhar concretamente uma força combativa, a partir da partilha e reconstrução unívoca de modelos bem delineados de ação. Ora, isso tem um efeito catastrófico nas manifestações, pois ao invés de os pares sentarem à mesa para encabeçar um modelo de escuta para elaboração de um documento canalizador de força para a luta, reduzem-se a grunhir palavras de ordem descompassadas e entrecortadas, justamente para disfarçar sua incompetência em se reerguer nos quesitos básicos a partir dos quais deveriam se edificar como corpo político alternativo. As atuais mobilizações sociais estão ensurdecidas pela efemeridade de vozes mudas e impotentes que, ao momento da real batalha, se trancafiarão em seu contemporâneo narcisismo tribal.

Essa dificuldade tem também a ver com o fato de que todo mundo tem sempre muito a falar, a gritar e muito pouco para escutar. Ninguém se escuta, apesar de o agregado estar corporalmente presente à hora dos protestos. Os ouvidos estão ensurdecidos nessa época, e, por isso, tudo parece incompreensível do ponto de vista de todos. O entrecorte violento de todos sobre todos faz do



âmbito político brasileiro uma pocilga pasoliniana, conquanto sem a pujança de *Accatones* ou *Mama Romas*⁶.

Infelizmente está rolando *um ruído muito grande de comunicação pós-moderna* que realmente mais atrapalha do que ajuda na autocompreensão das pessoas pelas próprias pessoas. Boa parte do fascismo contemporâneo também tem muito a ver com isso, e não apenas com rescaldos nazi de setores de nossa classe média nacional enrustida de falso moralismo. De todo modo, a onda fascista chegou e ainda se expande, e, reitera-se, justamente por isso ela pode estar assumindo formas ainda não inteiramente bem demarcadas, advindo de vários setores de uma sociedade que talvez em muitos aspectos, muitos mesmo, não esteja tão rachada assim. É uma desconfiança.

Como Paulo Arantes recentemente exprimiu em remissão ao fascismo no republicado *Sale Boulot: uma janela sobre o mais colossal trabalho sujo da história*:

... se aprofundam não menos escandalosamente as manifestações de franca indiferença diante da descomunal desgraça semeada por uma nova máquina de guerra econômica... tão acachapante a rendição, tamanha a perplexidade de se passar a viver numa sociedade sem oposição nem futuro alternativo visível (o novum chinês reside na mistura macabra de dois velhos ingredientes, capitalismo e burocracia) que parecia mesmo pairar no ar algo de terrivelmente "totalitário"... sob a alegação meio sonsa de que a nova e intratável aflição econômica é menos uma flagrante violência social do que mero efeito colateral de uma dominação sem sujeito... pouco importa se por rasteiro oportunismo ou por vileza política (ARANTES, 2014, p. 101-102).

Peçamos a todos, com efeito, que busquemos em conjunto observar com mais carinho as palavras no dia-a-dia, de modo a não constrangê-las com as equações que dissimulamos como enquadramento que segue enquanto pano de fundo das questões que dirigimos aos pares, pois é justamente isso que promove a impossibilidade de uma fala ativa minimamente coletiva, e, no limite, é isso que

⁶ "Por mais frívolo que possa parecer o apelo presentista atual, seu protagonista é um personagem submerso por obrigações temporais à queima-roupa [...] Eu narcisista [...] com a figura correlata da impaciência [...] não vejo melhor ilustração do afunilamento temporal característico de uma cidade centrada na vivência do que o retrato do [...] presentismo contemporâneo [...] uma constelação precisa de transe destrutivo permanente e apelos à brutalidade obscena do superego inimigo de todas as proibições [...] Tal é a profunda "política da maldade" nesse mundo noturno de festa infinita: nele, em suma, "não se deve esperar nada" [...] Daí [apesar de tudo] as *duas esperas*, uma disciplinadora da insegurança social alimentada pela inquietação do trabalho desqualificado; outra envenenando a "euforia perpétua" das novas classes confortáveis que o capital costuma acariciar com uma mão e infernizar com a outra. Sendo assim a aceleração social do tempo uma evidência que se alastra pelo conjunto das sociedades cada vez mais antagônicas, embora governadas pela fabricação do consenso, a maré punitiva que a acompanha se abate necessariamente sobre a forma de imobilizações, daí o real sentimento de tempo morto que essa onda de choque dissemina em sua passagem" (ARANTES, 2014, p. 159-162).



fundamentalmente caracteriza a negligência para com um dos poucos meios com os quais *ainda*, nesse mundo capitalista absurdo e disfarçado de único (naturalizado como lugar dos não-possíveis, ou seja, de restrição das possibilidades não previstas), poderíamos nos entender talvez de coração aberto: a linguagem. Talvez este seja um dos modos pelos quais seremos passíveis de ao menos *tentar, enfim, seguir*. Afinal de contas, nós, brasileiros, neste exato momento, temos a obrigação de nos permitir desejar uma caminhada de abertura às possibilidades antes ainda imprevisas, com imprevisibilidades irrepetíveis e não cristalizáveis.

Momento 1º - Reflexão prática sobre a situação brasileira

Devemos nos unir e encaminhar, juntamente a outros correligionários, alguma coisa o quanto antes. Poderíamos juntos participar desse movimento de expansão de consciência que, embora incipiente, emerge mediante o fracasso de nossa democracia agora realmente decadente (passível de produzir muitas demências fascistoides como uma de suas cortinas de fumaça). Nesse momento de tempos terríveis (fascistoides) devemos investir em afetos ativos, espessura vital afirmativa que muitos dos nossos conterrâneos agora desconsideram em função de um cego nacionalismo *bipartidarista* abstrato e impotente, vertido bem maniqueistamente ao modo brasileiro. Ressalte-se que, afinal de contas, “não há governo em disputa. Disputa de quê? Basta olhar os ministérios da Dilma. Tem mais representantes do MST, do MTST e dos sindicatos ou da burguesia agrária, industrial e financeira?” (ANTUNES, R., in: *Correio da Cidadania*, 2016).

De todo modo, creio que essa consciência social que começa a reluzir de alguns setores nossos e rebater contra o círculo obscuro de maldade cultural, econômica e política pode nos fazer encabeçar algum processo histórico humanista de ruptura radical. Talvez estejamos em um momento não só de completa barbárie social, que de fato é muito potente, porquanto sentimos vibrar uma nova energia política do solo daquilo que é consciência histórica em nossa terra. Esta força tangencial talvez seja a própria raiz de uma rebeldia para a qual podemos agora nos voltar, fortalecendo pedagogicamente sua espessura ao lado dos movimentos sociais. É possível que haja algo que não seja apenas desgraça no país. Mas precisamos dar mais vazão à força propulsora disso, na forma poderosa de uma consciência histórica (econômico-política) mais madura.

Talvez estejamos vivendo atualmente algo muito próximo do macarthismo que poderá descambar no bonapartismo conciliatório de sempre, conquanto bem ao modo brasileiro, que instaura por ressentimento seus pais primevos (juízes ditadores e corporações personalistas, e até senadores) como modelos de



segurança infantil pautados em etapas históricas sombrias e decadentes que antes desses pais já haviam se desentrevado. Realmente, o Moro (e o Gilmar Mendes) parece ser mesmo a vocalização de forças reacionárias de exploração e domínio que antes já iniciaram seu processo de reestruturação produtiva e ideológica (consciente ou não em favor do novo capital financeiro).

Para que o capital assim seja qualificado, ele deve ter um modo preciso de proceder, de forma a garantir sua hegemonia com hierarquias bem demarcadas. Ou seja, é possível identificá-lo justamente nas formas fragmentárias múltiplas através das quais ele opera (da base para o topo, que por outro lado rebate na base), atualizando-se diferencialmente. É perfeitamente possível, por exemplo, anunciar a fragmentação como modo alienado de existência do capital, o que tem profundos vínculos com estratégias políticas (reitere-se estatais e corporativas - aonde estão assentadas as classes dominantes. Elas estão nas instituições público-privadas - Estado, Corporações, Bancos etc. Anunciando e produzindo modos de existência como estratégias de marketing. O quarto poder, a grande mídia, induz a esses modos).

Tratam-se de estratégias majoritárias cronicamente reformuláveis as quais separam os homens uns dos outros, especialmente no mundo do trabalho em que se decorre um sistema de distribuição de tarefas (porquanto devem se estapear pelo emprego ofertado ou por bolsas de pesquisa estaduais ou federais, por exemplo), como é o caso da docência. Observemos o absurdo a que chegamos no que concerne a questão da fragmentação social quando entendida sob o prisma dos atuais modos de labor flexibilizados:

Teremos terceirização total se não houver resistência. Além de flexibilização total e contrato zero hora. O *zero hour contract* apareceu na Inglaterra há uns anos atrás: o trabalhador fica disponível para trabalhar. Um, dois, três dias com o celular ligado; no terceiro dia é chamado para fazer uma atividade de uma hora, faz aquela atividade, em geral no setor de serviços, e recebe por uma hora; e não pelas 72 horas nas quais ficou disponível. No Brasil já temos médicos, limpeza, comunicação e vários setores de serviços funcionando assim. Você chama um médico na sua casa para uma consulta, ele te atende, e uma parte do pagamento dele vai para a empresa à qual ele está filiado. É uma espécie de "ubberização" do trabalho. O aplicativo Ubber é um exemplo disso. Nem bem foi empossado o presidente conservador do Tribunal Superior do Trabalho e ele já propôs a terceirização total, afirmando que ela é boa para a classe trabalhadora. Seria grotesco se não fosse trágico (ANTUNES, in: *Correio da Cidadania*, 2016).

Assome-se então ao fato esdrúxulo supracitado que, como muitos de nós já estamos a par, o capital opera atualmente em três grandes vias complementares, as quais dão aporte ao seu próprio domínio: *a via socioeconômica* (o capital ou a



mais-valia); *via jurídico-política* (o Estado, que se submete às multinacionais - Bancos - e empresas nacionais, canalizando suas políticas públicas às injunções dessas empresas do capital ou mais-valia); *via cultural-ideológica* (instituições sociais público-privadas, que tornam, tutelando um Estado dominado como o brasileiro, a sociedade civil apaziguadamente passiva *ou reativa* em seus modos de ação, pois produzem subjetividades e matizes de desejos artificiais. Tratam-se de escolas; *universidades*; religião; filosofia; ciências sociais; chauvinismo; mídia de massa etc.).

Essas três vias complementares (socioeconômica; jurídico-política; ideológico-cultural) têm lógicas, formas de ação muito peculiares, formas as quais se espelham e às vezes são até mesmo refratárias umas às outras (inclua-se aqui os partidos políticos em disputa), conquanto sejam meios entrecruzados pelos quais a classe dominante do capital opera ou mantém a sua própria *reprodutibilidade*⁷.

Eis então um horizonte de pensamento: a classe dominante do capital é aquela que opera majoritariamente nos domínios em tenso equilíbrio socioeconômico; jurídico-político; ideológico-cultural e/ou partidário-midiático sob aporte do Estado e seu poder militar por classe dominante tutelado (outros Estados e forças militares podem aqui estar implicados). Compreender como ela funciona nos três domínios intercomplementares é inteligir na plenitude os campos de sua ação, tanto quanto, aonde ela se encontra.

Atestando isso, por conseguinte, só assim, mediante essa prova, podemos desenvolver reflexão e potência prática mais completa (que atue em diferentes níveis de ação, ou seja, menos voltado exclusivamente para campos ou mediações aparentemente isoladas, nas quais o capital se impõe em sua expressão ao modo do capitalismo dependente nacional brasileiro).

É necessário atacar ou centrar fogo simultaneamente em todas essas mediações em articulação (relações de trabalho; relações de consumo; relações de exploração; modos de organização do poder jurídico e político; mecanismos de hegemonia de reprodutibilidade cultural reformista ou reacionária), acumulando, por outro lado, forças em diversos setores da sociedade.

Se assim não o for poderemos pagar o preço muito caro de atacar apenas uma das esferas de domínio do capital (por exemplo, a luta isolada e de momento contra o reacionarismo do poder político, numa posição em defesa do PT). O que irá implicar em manter todos os outros pilares do modelo econômico-político dos quais

⁷ Sigo aqui as discussões a partir de Althusser em *Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado* (1996) e, mais recentemente, de Alisson Leandro Mascaró, no livro *Estado e Forma Política* (2013).



vivemos absolutamente intactos. Resultado: a esfera pela esquerda destruída poderá imediatamente se recompor sob a influência radical das mediações do capital que, por procedência em conjunto ao lado de suas personificações, manter-se-ão em plena atividade espúria. Conclusão: temos de, nos protestos, na formação de base da sociedade e na união prática de uma verdadeira frente de esquerda nos fazer refletir sobre todo o conjunto de vetores que realizam cronicamente e reproduzem o capital enquanto modo econômico-político de exploração material e dominação cultural. E um dos grandes desafios, uma tarefa realmente colossal é, portanto,

[...] buscar uma alternativa de construção política e social de *novo tipo* que desconstrua a institucionalidade hoje dominante. E ainda estamos um pouco aquém disto. E não é uma coisa fácil, pois é preciso lutar contra a ordem dominante, a mídia e os partidos dominantes. Esse é o desafio. E qualquer tentativa de reforma política dentro da ordem é pura perfumaria. [...] É preciso recomeçar pela base, pelos movimentos sociais, sindicais e políticos que tenham vida e autenticidade no mundo cotidiano, pela classe trabalhadora e a impulsão da periferia (ANTUNES, in: *Correio da Cidadania*, 2016).

Não devemos simplesmente proteger o PT sob a alegação de que é a democracia que está em jogo. Afinal de contas, desde quando vivemos, neste país, em uma democracia substantiva? Sabemos que no Brasil ela nunca existiu em seus mínimos lampejos. Como é possível defender aquilo que não chegou sequer a existir nem no atual período de “redemocratização” pós-ditatorial, um disfarce jurídico de uma sistemática crônica dos privilégios produtora de desigualdades, o que está velado na forma de sociedade meritocrática.

Além do mais, isso apenas nos coloca em uma posição defensiva, de escuderia e de espera pelos vestígios do inimigo de sempre, que continua seu ataque por meio de vários operadores. Enquanto nos defendemos não nos bloqueamos de diversos ataques, simplesmente porque não atacamos todos os pilares dos setores que atacam. Defender o PT e a democracia (ironicamente ainda não plasmada) não basta. Como disse atualmente e com veemência o juiz do trabalho Jorge Luiz Solto Maior (março de 2016):

[...] verifique-se que em meio a toda essa mobilização em torno da defesa da ordem democrática, para a preservação e o avanço dos direitos sociais, que favorece o governo da sua luta contra o impeachment, o governo apresentou, no dia 22 de março, um Projeto de Lei Complementar (n. 257/16), que estimula a privatização de estatais e cria fórmulas jurídicas para que os servidores federais paguem a conta dos desmandos administrativos, com contenção de reajustes, suspensão de novas contratações e estímulo à demissão voluntária, reforçando a lógica de deterioração do serviço público por meio do recurso à terceirização e estímulo às práticas de privatização por meio de



convênios com OSs, tudo no mais alto estilo neoliberal (MAIOR, in: *blog da Boitempo*, 2016).

Ressalte-se nesse contexto que, a burguesia brasileira, aquele setor heterônomo com a qual o PT se fundiu ao longo de seu ciclo político no poder, tem uma espécie de consciência "a-histórica" muito peculiar. Sua formação e composição atual brasileira tem uma espessura específica. O que torna as coisas mais intragáveis e mais difíceis para o nosso lado, o de uma esquerda que também não se ajuda e não trabalha conjuntamente sob o horizonte de um labor destinado à unificação, acumulação de forças e autoeducação histórica. Observe-se abaixo o que diagnostica corretamente Ricardo Antunes, ao afirmar que no caso brasileiro:

Criou-se um amálgama de interesses, uma simbiose, entre diversas frações das altas burguesias brasileiras – empreiteiras, agronegócio, industrial –, tudo isso muito imbricado e comandado pelo mundo do capital financeiro – que via no governo do PT o melhor dos mundos. Uma espécie de governo semi bonapartista que, mesmo não sendo originário das classes burguesas, garantia um crescimento para essa grande burguesia como ela só vira nos tempos da ditadura militar e no governo Juscelino Kubitschek. Ou seja, o PT se meteu num território pantanoso e agora este pântano está pulando fora. É o PMDB do Temer, Renan Calheiros, Cunha e por aí vai. Inclusive os pequenos partidos que formam uma significativa escória política se beneficiaram do período de enriquecimento que tiveram no segundo mandato de Lula e boa parte do primeiro governo Dilma (ANTUNES, in: *Correio da Cidadania*, 2016).

É possível que - e isso é uma infelicidade para alguns de nós que forcem uma tentativa de intuir desobrigada e irresponsavelmente similaridades entre o partido bolchevique e o PT - nossa burguesia (que em realidade é irritantemente czarista e definitivamente não revolucionária, caso a ela queiramos aplicar adequadamente a projeção de um elemento histórico russo) talvez não tenha sequer a mesma natureza da burguesia com a qual Lenin, por exemplo, dialogava e acatava, o que se decorreu, ressalte-se, *apenas após a conquista real* do Estado a partir de *uma revolução* que nem de longe o PT ensaiou, porquanto chegou ao poder por meio de uma farsa histórica disfarçada de eleição (e não de uma revolução social) correlata a negociações ardilosas com opositores que hoje querem derrubá-lo sem avaliação alguma das consequências por vir. Opositores próprios de "uma burguesia, por suposto, predatória, que há décadas vem acumulando riquezas através da penúria, da exploração e até mesmo da super exploração da classe trabalhadora brasileira" (ANTUNES, in: *Correio da Cidadania*, 2016). De todo modo, citemos abaixo a ressalva de Lenin, na forma de procedimento histórico-político, em afirmativas como:



Contrariamente às opiniões que não raro se expendem agora na Europa e na América, os bolcheviques começaram com muita prudência e não prepararam de modo algum com facilidade a sua vitoriosa luta contra a república burguesa parlamentar (de fato) e contra os mencheviques. No início do período citado, não conclamamos à derrubada do governo, e sim explicamos a impossibilidade de fazê-lo sem modificar previamente a composição e o estado de espírito dos Soviets. Não declaramos o boicote ao parlamento burguês, mas, pelo contrário, dissemos - e a partir da Conferência de nosso Partido, celebrada em abril de 1917, passamos a dizê-lo oficialmente em nome do Partido - que uma república burguesa com uma Constituinte era preferível à mesma república sem Constituinte, mas que a república "operária-camponesa" soviética é melhor que qualquer república democrático-burguesa, parlamentar. Sem essa preparação prudente, minuciosa, sensata e prolongada não teríamos podido alcançar nem manter a vitória de Outubro de 1917 (LENIN, *Esquerdismo e doença infantil no comunismo*, 1918).

Note-se que é provável, e bastante provável mesmo, que a burguesia a qual Lenin acima faz referência não se trate apenas de um grupo de pessoas, mas precipuamente de uma maneira momentânea de gerir o Estado soviético a ser *defendido à ocasião*, conquanto após a *revolução* (e não antes dela). Na citação, Lenin está vinculando *burguesia* a uma espécie de conceito de administração que apontava para um pós-capitalismo de Estado, fazendo apelo aos instrumentos burgueses desenvolvidos pela sua história como importante "subsídio".

Neste caso, talvez o líder russo estivesse se referindo à burguesia precisamente como uma espécie de economia advinda de um procedimento político a ser realizado à época. Nesse compasso, dirá em 1918 por meio do escrito *Acerca do Infantilismo "de Esquerda" e do Espírito Pequeno-Burguês* que "se (...) dentro de meio ano se estabelecesse no nosso país o capitalismo de Estado, isso seria um imenso êxito e a mais firme garantia de que, ao cabo de um ano, o socialismo se consolidaria definitivamente e se tornaria invencível". E mais: "Não é o capitalismo de Estado que luta aqui contra o socialismo, mas é a pequena burguesia mais o capitalismo privado que lutam juntos, de comum acordo, tanto contra o capitalismo de Estado como contra o socialismo". Assim "A pequena burguesia resiste contra *qualquer* intervenção do Estado, registro e controle tanto capitalista de Estado como socialista de Estado".

Mas, realmente, uma ponderação seria necessária: tratava-se aqui, no discurso de Lenin, da gestação de uma operação socialista de um capitalismo de Estado soviético, ou seja, de um *capitalismo politicamente mediado pós-revolucionário*, política de Estado que justamente por isso passaria a monopolizar os modos de realização e extração do trabalho como valor acumulado (eis então uma espécie de capitalismo de Estado destinado ao desenvolvimento industrial russo que



deveria ser submetido ao projeto comunista de partilha social como horizonte. Não entraremos aqui, de todo modo, nas razões do fracasso subsequente dessa estratégia política na forma *stalinista*, porquanto a própria esquerda já refletiu intensamente sobre isso). Daí, concluir Lenin na terceira seção de seu escrito há pouco supracitado que, “depois de aprender a estruturar uma grande organização nacional da produção segundo princípios capitalistas de Estado, terá então nas mãos — desculpem-me a expressão — todos os trunfos, e a consolidação do socialismo estará assegurada”.

Nesse ínterim, voltemos agora ao caso brasileiro, o qual nem de longe vive numa situação própria de um capitalismo de Estado pós-revolução (porquanto o partido que atualmente o administra mediante ardis em pouquíssimas coisas age ou agiu de modo revolucionário, mas na forma de “pacíficas” negociatas conciliatórias), sendo um grande equívoco a sua comparação com a Rússia pós-revolucionária. É aí que possivelmente ficamos concretamente no mato sem cachorro, uma vez que a consciência da burguesia (juntamente a forma de gestão pública do PT) que temos no Brasil dialoga também com instrumentos medievais, ainda não inteiramente modernos (curiosamente mais próximo dos períodos da Rússia czarista do que da Rússia pós-revolucionária). Nossa burguesia (com seus modos de gestão pública czarista aparentemente sem monarca) é um misto de modernidade e medievalidade, como já nos diria José Chasin (1978), ao caracterizar a história da burguesia e do capitalismo brasileiro como anacrônico por se relacionar com formas de sociabilidade e de produção extremamente atrasadas (formas históricas, creia-se, muito mais reacionárias do que àquelas com as quais se defrontaram os bolcheviques na Europa).

Um golpe está emergindo, e isso é uma imensa verdade. Ou melhor, ele está sendo realizado tal como sempre se plasmou com inúmeras variações em nossa história, quer dizer, justamente a partir de uma burguesia local, sob apoio internacional autoritário, cuja natureza é àquela imanente aos países da América Latina, nos quais a situação da economia e de consciência histórica da sociedade civil ainda sequer se modernizaram plenamente. Ora, em função do caráter medievalsco que assombra a “moderna” burguesia brasileira e de seus caciques não devemos ter a inteira convicção de que os bolcheviques (falsamente, como já dissemos, identificados por alguns de nossos conterrâneos com o PT) conseguiriam ou teriam estômago para dialogar com a nossa burguesia latifundiária ainda colonialista, escravagista e dependente internacionalmente (tal como o PT o fez, relembre-se, às custas da completa despolitização da base que lhe conferia apoio). Essa burguesia nacional brasileira, em realidade, não teria o apoio de um Lenin (isso



seria absurdo, tal como o seria se tivesse apoiado o czarismo à época), porquanto uma revolução social ao seu lado (juntamente aos seus instrumentos e modos de consciência) seria impossível (conquanto irônica e risivelmente o czarismo na Rússia fosse mais ao seu fim, para o caso da comparação com os senhores latifundiários-burgueses brasileiros, muito mais “progressista” – *vide*, por exemplo, a própria iniciativa de Alexandre II da promoção política da reforma agrária, algo que nem a burguesia brasileira e nem os 15 anos de um atual governo dito de esquerda foi capaz de realizar⁸).

No Brasil, a burguesia e seus correligionários se expressam mais a partir de um grupo de pessoas sem projeto de país, e disponíveis aos conchavos imediatos de momento, do que (como Lenin possivelmente vislumbrava) como forma de gestão pública enquanto meio de manter um compasso de modernização histórica fundamentalmente necessário para uma revolução social.

De qualquer modo, citemos mais uma vez Lenin:

Os social-democratas russos devem contribuir com um esforço imenso para satisfazer as necessidades do proletariado que está despertando, para organizar o movimento operário, fortalecer os grupos revolucionários, sua vinculação recíproca, fornecer aos operários literatura de propaganda e de agitação, unir os círculos operários e os grupos social-democratas dispersos por todos os rincões da Rússia num só *partido operário social-democrata* (LENIN, V. *apud* Broué, P., 1962).

É nossa obrigação uma ofensiva plena, que se volte contra a totalidade da estrutura dos modos de vida que atualmente reproduzimos⁹. Agora, de fato isso demanda muito tempo de atuação, tanto quanto insistência incorruptível. Se assim não o for, teremos, como sempre temos tido no Brasil, uma esquerda rachada e demagoga, incapaz de se unificar porque antes de qualquer coisa dinheiro, empáfia e acordos espúrios velados pelo argumento da governabilidade *pelo alto* (e não a partir da base) têm sido tristemente os objetos passíveis de sua existência.

Vale dizer que a dominação burguesa no Brasil sempre se revezou entre a conciliação pelo alto e o golpe. No quesito conciliação, Getúlio e Lula foram os grandes nomes, com as ressalvas de que Getúlio era um estancieiro dos pampas e Lula foi um operário metalúrgico. E isso mostra uma enorme contradição na política de conciliação de classes do PT, já que Lula é oriundo das classes trabalhadoras enquanto Getúlio vinha da burguesia. Quando as classes dominantes, de modo coeso, decidiram colocar fora o governo Dilma, essa decisão ocorreu ao longo de 2015 e hoje é cabal: FIESP, Febraban, associações comerciais, grande mídia;

⁸ Cf. para maiores aprofundamentos, por exemplo, o livro de Pierre Broué, intitulado de *O Partido Bolchevique* (1962).

⁹ Mészáros, em *Para além do Capital* (1999), por exemplo, também já nos deu essa lição recentemente.



todos estão dizendo que o governo Dilma não os interessa e encerrou o ciclo da conciliação pelo alto. Agora é o momento do golpe. Mas o golpe não é militar como o de 1964. É um golpe urdido no pântano parlamentar. (ANTUNES, in: *Correio da Cidadania*, 2016).

Não nos enganemos, trata-se ainda de nossa clássica e repetitiva política plasmada ao modo de *uma mistura belmiriana*, descrita em *O sentimento da dialética* (1992) de Paulo Arantes¹⁰. Ali, referindo-se à leitura que Roberto Schwarz e Antônio Cândido fazem de *Amanuense Belmiro* (romance de Cyro dos Anjos), Paulo Arantes discrimina os conchavos que os mistos sociais moderno-latifundiários sempre se prestaram a realizar na história do Brasil (país por meio de que atesta cronicamente que tendemos amiúde a uma reconciliação em mesa de bar carnavalesca entre os mais distintos setores da sociedade, os quais *aparentemente* estão em disputa).

Tal História do Brasil tem, a título de exemplo, uma burguesia muito peculiar, cuja consciência é o intercomplemento de progresso moderno com atraso latifundiário, consciência a qual demarca domínios e papéis sociais para reiteração de curiosos pactos miscigenados com setores de esquerda, militares, camadas populares e médias (pacto clássico demarcado tanto por Roberto Schwarz quanto por Antônio Cândido). Assim, no Brasil (inclusive na ditadura e na fase da Nova República que dela se seguiu) temos uma espécie de saudação que refunda continuamente um *clube unanimista*

¹⁰ Eis então uma mistura na forma de *Amanuense Belmiro*: “Trata-se do “fazendeiro do ar”, como denominava o mesmo Drummond um personagem característico de razoável fatia de nossa tradição literária, assim descrito por Roberto [Schwarz] [...] [É] “o homem que vem da propriedade rural para a cidade, onde recorda, analisa e critica, em prosa e verso, o contato com a terra, com a família, com a tradição e com o povo, que o latifúndio possibilitara”. Mas agora interessa menos destacar o desvio da linhagem rural, que afinal é de todos os romances e poemas que retratam o [aparente] declínio de nossa ordem patriarcal, do que a lógica da referida “mistura belmiriana”. Para começar, o sempre repisado contraponto entre campo e cidade se resolve numa direção pouco estudada. Como não há transformação radical entre passado rural [latifundiário] e presente urbano, onde se espera [ou esperava] conflito e desintegração [no Brasil], há [em realidade] promiscuidade entre o tradicional [campo, latifúndio e seus senhores] e o moderno que o prolonga. Por ser uma extensão do privilégio rural, observava Roberto, a sinecura em que o burocrata lírico se instalou por mão de deputado é o posto menos urbano da cidade. [Daí] “o democratismo e o privilégio, o racionalismo e o apego à tradição, o impulso confessional, que exige veracidade e temor à luz clara”. [...] Dou a seguir o inventário de incongruências estabelecido por Roberto: literato democrata e racionalista, Belmiro ri do avô patriarca, cujo extinto brilho rural no entanto o esmaga; moça politizada e emancipada sonha com irmãos que lhe defendam a honra; rapaz arrivista [oportunista] embriaga-se com tiradas nietzscheanas; já o pai de família é antes de tudo um filósofo, mas o filósofo cujo élan especulativo é ameno (ou descabelado) o bastante para recomendá-lo a quem de direito e adiantar-lhe a carreira. Assim discriminada, *a mistura belmiriana é um retrato do Brasil, na qual desponta uma constelação dual cujos componentes se desautorizam* [harmônica e] reciprocamente. Trata-se, enfim, da “presteza modernista da prosa [de nossos tipos sociais] manobrando entre os inconciliáveis [que] não levam a nada, [sendo] a imobilidade [inclusive política] a sua figura final” (Arantes, P., 1992, p. 56-57).



visado pelo esquema político em questão, cuja atmosfera Brasileiro todos adivinham juntamente com o arremate fascista onde se encaixam camadas geológicas distintas, golpismo e infantilismo pau-brasil [...] São membros [e sempre o foram] do referido clube bemiriano “o Revolucionário, a professora D. Nicota, Olavo Bilac, as Forças Armadas, os oradores oficiais da Agricultura, da Indústria e Comércio (ARANTES, P., 1992, p.59).

Tal consciência burguesa é assomada ao *capitalismo de dependência* que nos constitui estruturalmente, como já o diria Vânia Bambirra, Teotônio dos Santos, Ruy Mauro Marini, André Gunder Frank, entre outros. Para melhor nos fazermos compreender, citemos mais uma vez Paulo Arantes à esteira de uma revisão da literatura crítica de Roberto Schwarz, que exprime o seguinte na forma de diatribe:

[...] a “unidade contraditória” de capitalismo e escravidão [imane a história da consciência burguesa nacional]. Aqui o ponto nevrálgico da virada do argumento, a descoberta de que a dualidade dos princípios opostos se manifesta na cabeça de nossos antepassados na forma de uma conciliação amistosa: “sem prejuízo de existir, o antagonismo se desfaz em fumaça e os incompatíveis saem de mãos dadas” [ou seja, o capitalismo e regime escravocrata latifundiário como binômio da consciência burguesa nacional]. Antagonismo [também ideológico] entre *Aufklärung* e Favor: o primeiro [*Aufklärung* brasileira] postula “a autonomia da pessoa, a universalidade da lei, a cultura desinteressada, a remuneração objetiva, a ética do trabalho etc. – contra as prerrogativas do *Ancien Régime* [antigo regime latifundiário]. O favor [por outro lado], ponto por ponto, pratica a dependência da pessoa, a exceção à regra, a cultura interessada, remuneração e serviços pessoais”. Desautorização recíproca portanto; mesmo assim a coerência contará menos do que a recomposição dos termos antitéticos [*Aufklärung* nacional moderno + Lógica do favor remanescente do latifúndio = consciência da elite] brasileira, coexistência promovida pela prática cotidiana do favor [...]: “assim, com método, atribui-se independência à dependência, utilidade ao capricho, universalidade às exceções, mérito ao parentesco, igualdade ao privilégio, etc”. Ou ainda: como o latifúndio escravagista girava em torno do lucro, até certa data fora um empreendimento rentável, o senhor de escravos [brasileiro] vinha a ser um capitalista consequente [no futuro], ao contrário dos adeptos de Adam Smith, que procuravam na exploração capitalista a realização da liberdade; de sorte que, mais uma vez [no Brasil]: “ciência era fantasia e moral, o obscurantismo era realismo e responsabilidade, a técnica não era prática, o altruísmo implantava a mais-valia, etc”. Não será difícil reconhecer a lógica que governa esta intervenção generalizada, eixo da ambivalência ideológico-moral da elite brasileira [ainda perseverante nos dias de hoje]. *O que é contradição histórica na base, no topo desenrola-se sob a forma de uma reversibilidade permanente* [...] aí sim virá para o primeiro plano a contradição da produção colonial [que ainda se perpetua], a um tempo mercantil e escravagista [...] o capitalismo [, assim sendo, no caso brasileiro rearticulou e] reintroduziu a escravidão, que assim atuou na [totalidade de] formação do capital industrial [internacional]: quando então este entra em cena o Sistema [escravagista local] entra [aparentemente] em crise e *o mundo criado pelos senhores entra em choque com o universo burguês além mar*. Só que para



nós [no Brasil] a crise do Antigo Sistema Colonial nada resolveu [...] O Brasil enveredou pela mais conservadora [das formas de desenvolvimento econômico e consciência histórica bipolar], mantendo [simultaneamente] a monarquia e preservando a escravidão (ARANTES, P., 1992, p.82-87).

Momento 2º – O desabafo conclusório.

Nada melhor do que filmes como *Deus e o Diabo na Terra do Sol* (1964) e *Terra em Transe* (1967), ambos de Glauber Rocha; *Rede de intrigas* (1976), de Sidney Lumet e *O capital* (2012), de Costa-Gavras, para exemplificar o que acima expusemos. Do mesmo modo, numa síntese de tom parecido com o que expressamos acima segue o filme de 1961, de Stanley Kramer: *O Julgamento de Nuremberg* (julgamento que, como sabemos, se iniciou em 1948).

Enfim, precisamos, mais rapidamente do que em Nuremberg, julgar com clareza política (não como os juízes norte-americanos, mas à maneira brasileira) os juízes profacistas e a grande mídia que lhe serve de apoio, em defesa da democracia substantiva (ou seja, não formal). Como nos apontou recentemente Vladimir Safatle (2016) na coluna de jornal intitulada *Não haverá mais conciliação*, contra Eros Grau (ex-ministro do STF) e à esteira de uma longa tradição marxista:

Uma das especificidades da democracia [substantiva que decerto ainda nos falta em vários níveis] é ser o regime político capaz de reconhecer que a crítica das leis e de processos legais injustos não é sinal de "delinquência". A democracia admite que a configuração atual das leis pode comportar injustiças e que, por isto, o direito não é, nunca foi, nem nunca será a expressão imanente do que tem legitimidade. Ao contrário do que acreditam alguns, não foram as leis que criaram os homens, mas os homens que criaram as leis [...] Como se não bastasse, a democracia reconhece, entre outros, o caráter falível da aplicação da lei por pessoas muitas vezes movidas por interesses particulares. Ela nos lembra que só mesmo aqueles animados por uma passividade bovina confundiriam a justiça não apenas com o regime atual das leis, mas com a interpretação atual fornecida pela opinião dos juízes [...] No entanto, a afirmação do sr. Grau tem a vantagem de explicitar qual deve ser o regime de imposição da autoridade daqui em diante. Quem questionar o processo legal, por mais que tal processo seja distorcido, interessado, com mais furos do que um queijo suíço, só poderá ser visto como delinquente. Pois com o fim da Nova República através de um golpe farsesco travestido de impeachment, não será mais possível esperar que toda a população brasileira tenha um campo mínimo de conciliação no qual encontraríamos procedimentos que todos aceitem. [...] O golpe quebrará de vez o pacto, dividindo o país clara e definitivamente em dois. A partir de então, valerá apenas a força. Em 2013, em uma impressionante demonstração de vitalidade popular, o país deixou claro que procurava reinventar sua democracia e seu modelo de desenvolvimento econômico. Três anos depois, a casta política nacional, com sua capacidade ímpar de sobrevivência, foi capaz de produzir uma espécie de "contrarrevolução" na qual ela se conserva, chama para o governo aqueles que perderam todas as últimas eleições de que participaram e fornece, em troca, o sacrifício de seu sócio mais



novo para saciar a ira de uma parte da população. Imaginar que todo o país se unirá na celebração desta farsa é não entender nada da história que se abre a partir de agora (SAFATLE, V., in: *Folha de São Paulo*, 2016).

Mas isso não basta! Para fazermos efetivamente valer o que Safatle explicita como nova etapa de nossa história não-conciliatória com o poder político desfalecido, um trabalho urgente de educação histórica da base se faz imensamente necessário (algo que, covardemente, esquecemos de realizar como agentes históricos), fortalecendo a reflexão sociopolítica dos brasileiros desfavorecidos (reflexão pautada no que acima está dito), porquanto ainda estão (ou melhor, muitos de nós estamos) desassistidos de instrumentos materiais não apenas para o estômago, mas também esvaziados de meios culturais (nutrientes para a consciência) mais perspicazes de avaliação crítica aprofundada: “Uma tarefa dessa envergadura é muito provável que exija a crítica das armas, mas jamais terá êxito se não puser em marcha um largo e complexo trabalho de educação e hegemonia. O esclarecimento e a democracia jogam, pois, papéis decisivos para as conquistas de longo alcance” (MACÁRIO, E., in: *blog da Revista Espaço Acadêmico*, 2016). É isso que ainda nos falta conquistar para os outros e, ressalte-se, para nós mesmos. Do contrário, mais uma vez entregaremos de bandeja nossas vidas pelo preço custoso da sucateada cooptação, assomada a revitalização dos reajustes espúrios imanentes à *belmirianização brasileira* de que sempre participamos enquanto *ad eternum* vício nacional. Como nos disse já algum tempo Charles Baudelaire em uma de suas prosas poéticas, intitulada de *Espanquemos os pobres*:

Existe, entre o Demônio de Sócrates e o meu, a diferença que o de Sócrates só se manifestava a ele para proibir, avisar, impedir, e que o meu se digna de aconselhar, sugerir, persuadir. O pobre Sócrates só tinha um Demônio proibidor, o meu é um grande afirmador, o meu é um demônio da ação, ou um Demônio de combate. Ora, eis o que sua voz me cochichava: “Só é igual do outro quem pode prová-lo, e só é digno de liberdade quem sabe conquista-la” (BAUDELAIRE, C. *Pequenos Poemas em Prosa*, 2010, p. 228).

E *devemos* não apenas aconselhar para a conquista dessa liberdade, como Baudelaire acima nos indica em atestação dos males da ordem burguesa anunciada no século XIX, mas promovê-la no registro de um radicalidade ainda maior (pós-capitalista) em nosso tempo social contemporâneo, levando em consideração todas as condições para a efetivação de uma democracia substantiva e de uma liberdade que a ela faça realmente justiça, liberdade a qual, para se concretizar, deve se deixar envolver não por batucadas, *rebolations* e palavras de ordem confusas e ruidosamente atravessadas irrefletidamente nos protestos recentes que se dizem de



esquerda (não só os dos “coxinhas da direita”¹¹), mas pelo esforço necessário a ser empreendido como efetiva autoeducação para alforria estrutural e mental. Afinal de contas, avulsos uns dos outros ao passo em que permanecemos na ignorância histórica de quem somos e nos tornamos nos restará, como sempre, a reprodução de toda a violência matizada e implicada pluralmente na sociedade brasileira, plasmada pelo chicote muitas vezes imperceptível em variadas esferas.

Do mesmo modo, nunca é tarde para lembrar que é insuficiente enunciarmos aos berros o que conquistamos até o momento relativamente aos direitos sociais, a exemplo da gritaria da defesa cínica de uma parcial saída da miséria estomacal. Urge que compreendamos que a liberdade ou a mínima emancipação não é aquilo que é vertido apenas como barriga entupida, por exemplo, de peru de natal em diálogo com a compra de outros bens de consumo (isso no mais é feito a partir de dívidas que se sobrepõem umas às outras). Sejamos coerentes e concretos: isso nos diferencia muito pouco de animais de carga bem alimentados. Afinal de contas, bucho cheio (que daqui há poucos meses poderá estar novamente vazio para boa parte da população) assomado contraditoriamente à demência mental despolitizada, que desarticula o desenvolvimento da própria consciência para os retrocessos de fases cristalizadas que arrastamos inconscientemente ao longo da história nacional, não pode continuar seguindo como eixo para o qual alguns setores da esquerda se voltam apologeticamente. Foi isso o que o Partido dos Trabalhadores realizou ao longo de 15 anos no poder (o que se intensifica após 2009), também desarticulando ou, no mínimo, contribuindo para a destruição de muitos dos direitos à dignidade aos trabalhadores.

¹¹ Ressalte-se que *os coxinhas* ou radicais da direita podem ser efetivamente entendidos como, por exemplo, aqueles que não discutem “sobre o caráter ideológico de seus próprios valores, mas repele[m] com veemência o quadro valorativo de seus oponentes. Ao tomar parte nas discussões públicas sobre temas da época, o radicalismo de direita agarra-se a argumentos não racionais, valora os interesses particulares em detrimento dos coletivos, invoca a autoridade e a fé ao invés do convencimento e da persuasão. Ao eleger argumentos particularistas e irracionais, o radicalismo de direita reduz os seguidores à condição de objetos manobráveis. Ele é, portanto, estruturalmente elitista e autoritário. O homem radical de direita é reacionário, pois não suporta os valores universalmente eleitos na época histórica. É incapaz de vislumbrar o gênero humano como horizonte de sua atuação no mundo, pois elege como parâmetros os interesses e o ponto de vista de seu grupo ou segmento social em detrimento dos demais. Sempre que pode, submete toda e qualquer discussão pública aos interesses particulares. Ele não pode suportar sequer as práticas da democracia burguesa como, por exemplo, o respeito às decisões coletivas ou das maiorias. Ele nutre ódio por tais decisões quando se lhes confrontam e sua ação social é amplamente baseada em preconceitos e exclusivismos” (MACÁRIO, E., in: *blog da Revista Espaço Acadêmico*, 2016).



Como denunciou, por meio de uma importante retrospectiva histórica, o juiz do trabalho Jorge Luiz Souto Maior em vários de seus artigos – vide, *Os direitos trabalhistas sob o fogo cruzado da crise política*:

É dentro desse contexto, aliás, que muitas questões trabalhistas são conduzidas ao Supremo Tribunal Federal, a quem se pretende atribuir, suplantando o TST, o papel de conferir uma “nova roupagem” ao Direito do Trabalho, que representa, no fundo, a extinção do Direito do Trabalho e, por consequência, da própria Justiça do Trabalho, ainda que essas instituições não desapareçam formalmente [...] Lembre-se, ainda, que no período da preparação e realização da Copa de 2014 as iniciativas do Ministério do Trabalho tendentes a inibir a terceirização, especialmente no setor da construção civil, foram interrompidas, para, claro, facilitar a realização do evento esportivo. No campo trabalhista, o legado da Copa foi a total eliminação da atuação do Executivo no combate à terceirização, atingindo, por via oblíqua, o combate ao trabalho em condições análogas a de escravo. Aliás, neste último aspecto, o do trabalho escravo, a PEC 438, que objetiva erradicar essa forma de exploração da condição humana, tramita desde 2004 e até hoje não foi definitivamente votada, sendo que a cada ano, por interferência da bancada ruralista, vê diminuídas as possibilidades de sua eficácia punitiva. Destaquem-se, por fim, o advento do novo Código de Processo Civil (Lei n. 13.105/15), pela qual se pretende impor à Justiça do Trabalho um modo de atuação dos juízes que rompa a sua identidade funcional e racional com o Direito do Trabalho, que é de índole social, e o drástico corte orçamentário imposto à Justiça do Trabalho no final de 2015, comprometendo sobremaneira sua gestão em 2016. Verifica-se, portanto, claramente, o avanço de uma escalada para levar adiante o projeto interrompido em 2002, tendente a reduzir direitos trabalhistas e extinguir a Justiça do Trabalho, sendo que a quebra institucional, favorecida pela difusão de um clima de instabilidade e discórdia no país, apresenta-se como estratégia para se alcançar o objetivo há muito perseguido por muitos de reescrever a Constituição Federal, que, afinal, tem servido como forte fator jurídico de resistência. Essa questão trabalhista tem sido obscurecida no debate da crise política atual, mas é a preocupação central. A corrupção, certamente, tem seu peso, até porque ninguém, em sã consciência, vai se colocar em defesa da corrupção e da impunidade dos corruptos. Mas a “limpeza” do país, no aspecto da luta contra a corrupção, não é o que de fato interessa, até porque para eliminar a corrupção ter-se-iam que atingir muitos políticos e governantes de diversos partidos, assim como diversas empresas de vários setores, cabendo lembrar que não pagar impostos, que é um ato recorrente entre nós, não deixa de ser uma forma de corrupção, além de atentar contra a legalidade e a moralidade. Em um país no qual os direitos trabalhistas são cotidianamente desrespeitados, falar em “limpeza” ética apenas com a punição de alguns políticos e governantes chega a ser um escárnio. Claro que, de todo modo, não se pode ser a favor da impunidade, mas não é disso que estou tratando neste texto. O que se está dizendo é que o clima de instabilidade institucional, que se preserva com ou sem impeachment, está a serviço do desenvolvimento de um projeto de destruição da Constituição de 1988, notadamente no que se refere a direitos trabalhistas e direitos sociais, culminando com a extinção da própria Justiça do Trabalho [...] O problema maior para os trabalhadores, no entanto, é que o processo de derrocada de direitos trabalhistas já está em curso, conforme demonstrado



acima, sendo possível verificá-lo na própria atuação do governo, impossibilitando-se que se veja na mera rejeição ao impeachment uma vitória para os trabalhadores. No próprio tema da terceirização, manter a realidade como está significa assumir como legítima a situação extremamente precária em que hoje vivem e trabalham cerca de 12 milhões de terceirizados. [...] É preciso, pois, ao menos, ter a percepção de que a questão trabalhista, mais uma vez, é o ponto central das tensões sócio-econômicas, mas da forma como a crise política tem se explicitado, a partir de uma disputa no plano das aparências, eis que deixa de lado as causas profundas da relação trabalho-capital, pode ser que os direitos trabalhistas se constituam a moeda de troca para se chegar à estabilidade política, sem que existam forças para se opor a isso, até porque a maior parte das pessoas que tem se posicionado nos debates não sofrerão as consequências diretas desse desmonte de direitos, que pode vir, portanto, com ou sem impeachment. Em suma, estão se produzido com profusão atordoante medos de todos os lados para que se consiga alcançar uma solução conciliada que mais uma vez fará com que os trabalhadores paguem a conta de problemas estruturais do capitalismo (MAIOR, J. L. S., in: *blog da Boitempo*, 2016).

Sejamos claros então em nosso veredicto: o desacato da atual esquerda no poder político voltado contra a liberdade substantiva dos explorados e oprimidos é o seu modo de consentir a miséria substantiva disfarçada de apologia de conquistas sociais. Não sejamos estúpidos de não levarmos em alta conta essas questões quando, com visões turvadas tanto pelas brumas do desespero de um retorno ao passado ditatorial mal refletido quanto pelo impulso à manutenção conservadora do presente falido, vociferarmos: ***Não vai ter golpe!*** Essa talvez não seja a maneira mais adequada de reconquistarmos uma imaginação política que definiu em sua potência, através da qual poderíamos com pujança fazer despontar um futuro irrepetivelmente promissor. No mais e de modo conclusivo,

Para que não se resuma tudo ao pessimismo e mesmo à melancolia, temos um mosaico de lutas e movimentos sociais, experiências novas. Houve um avanço muito significativo de movimentos moleculares das classes populares e trabalhadoras. Como fazer para que tais movimentos atinjam um nível de organicidade que os aproximem mais, ao invés de isolá-los? Como avançar numa nova política radical, como soldar novos laços de solidariedade e de pertencimento de classe, ao invés de ficarmos na política de fracionamento e fragmentação? É o desafio que se coloca na próxima quadra (ANTUNES, R., in: *Correio da Cidadania*, 2016).

Referências

ADORNO, Theodor; Horkheimer, Max. **Dialética do esclarecimento** – Fragmentos Filosóficos. Tradução: Guido Antônio de Almeida. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.



ANTUNES, Ricardo. O pântano no volume morto: degradação institucional brasileira atinge ponto mais agudo. **Correio da Cidadania**, São Paulo, 2 de abril de 2016. Disponível em: http://www.correiocidadania.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=11554:2016-04-02-16-38-22&catid=34:manchete. Acesso: em 02 de abril de 2016.

ARANTES, Paulo E. **O novo tempo do mundo**: e outros estudos sobre a era da emergência. São Paulo: Boitempo, 2014.

_____. **O sentimento da dialética na experiência intelectual brasileira** – Dialética e dualidade segundo Antônio Cândido e Roberto Schwarz. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

BAUDELAIRE, Charles. **Pequenos poemas em prosa**. Tradução de Dorethée Bruchard. São Paulo: Hedra, 2010.

BROUÉ, Pierre. **O partido Bolchevique**. Tradução: Diego Siqueira. [S.l.]: Marxists Internet Archive, 2006. Disponível em: < <https://www.marxists.org/portugues/broue/1960/partido/index.htm> >. Acesso em: 30 de março de 2016.

CHASIN, José. **O integralismo de Plínio Salgado** – Formas de regressividade no capitalismo hiper-tardio. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas Ltda., 1978.

FREUD, Sigmund. **Luto e melancolia**. Tradução: Marilene Carone. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Estela Gonçalves. 23.ed. Rio de Janeiro: Loyola, 2012.

HEGEL, G. W. F. **Fenomenologia do espírito**. Tradução: Paulo Menezes. 7ª Edição. Petrópolis - RJ: Vozes, 2002.

LENIN, Vladimir Illich Ulianov. **Obras Escolhidas em Três Tomos**. T. 2, p. 592-613, Edições Avante! - Lisboa, Edições Progresso, 1978. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1918/05/05.htm>. Acesso: em 02 de abril de 2016.

MAIOR, Jorge Luiz Souto. Os direitos trabalhistas sob o fogo cruzado da crise política. **Blog da Boitempo**, São Paulo, 27 de março de 2016. Disponível em: <http://blogdaboitempo.com.br/2016/03/27/os-direitos-trabalhistas-sob-o-fogo-cruzado-da-crise-politica/>. Acesso: em 02 de abril de 2016.

MACÁRIO, Eptácio. Sobre os carecimentos radicais e a distinção entre "radicalismo de direita e radicalismo de esquerda. **Blog da Revista Espaço Aberto**, Paraná, 25 de março de 2016. Disponível em: <https://espacoacademico.wordpress.com/author/antoniozai/>. Acesso: em 04 de abril de 2016.

MASCARO, Alisson Leandro. **Estado e Forma Política**. São Paulo: Boitempo, 2013.



MARX, Karl. **O capital** – Crítica da economia política. Tradução: Reginaldo Sant’Ana. 31ª Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

SAFATLE, Vladimir Pinheiro. Não haverá mais conciliação. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 01 de abril de 2016. Colunas e Blogs.

Disponível em:

<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/vladimirsafatle/2016/04/1756106-nao-havera-mais-conciliacao.shtml>.

Acesso em: 01 de abril de 2016.

ŽIŽEK, Slavoj (Org.); ALTHUSSER, Louis. Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado In: **Um Mapa da Ideologia**. Tradução: Vera Ribeiro. 2ª Edição. São Paulo: Contraponto, 1996.

_____. **Violência**. Tradução: Miguel Serras Pereira. São Paulo: Boitempo, 2014.